

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 118.ª Sessão Ordinária
Realizada em 9 de agosto de 1971 — (Segunda-feira)

Presidência do sr. deputado Nelson Buffara, secretariada pelos srs. deputados Xenofonte Villanueva e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr José, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes os srs. deputados: Wilson Fortes, Domicio Scaramella, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maicel, David Federmann, Emilio Carazzai, Hélio Manfrinato e Wilson Brandão (9).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 20/71

Curitiba, 30 de julho de 1971.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 23 de julho de 1971, entre o Governo do Estado do Paraná e o Governo da União, transferência do acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná (Ligação Direta Apucarana-Ponta Grossa).

Referido acórdão originou-se de disposição contida no Artigo 6.º da Lei n.º 6.134, parte final, que condicionou a eficácia plena do ato de empréstimo de que cogita o Artigo 1.º da mesma Lei, à aprovação por esse Legislativo dos termos de Convênio que se viesse a celebrar entre a União e o Estado, visando ao ressarcimento, por aquela, de todos os recursos que, em decorrência da referida Lei autorizativa, fossem ou viessem a ser aplicados na aludida ligação ferroviária.

Com esse propósito foram, entre partes, acertadas condições que são as constantes do instrumento incluso, para cujos termos, se solicita a superior aprovação do Poder presidido por Vossa Excelência.

O interesse público, que justifica o acolhimento da medida concretizada pelo Executivo, transparece claro dos termos do tratado em anexo.

Assim, pois, Senhor Presidente, em se tratando de matéria cuja procedência essa Colenda Casa teve já ocasião de apreciar, aguarda-se o acolhimento do objeto da presente mensagem que versa sobre aspectos complementares e formais da proposição originariamente aprocada, consubstanciados na Lei n.º 6.134/70.

Certo de que a medida proposta merecerá dêsse Egrégio Legislativo o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — HAROLDO LEON PERES
Governador do Estado

Térmo de Convênio que entre si fazem o Governo do Estado do Paraná e o Governo da União, através do Ministério dos Transportes, visando a construção, transferência do acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná (Ligação Direta Apucarana-Ponta Grossa).

Aos vinte e três (23 dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e um (1.971), na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, compareceram, de um lado, o Coronel Mário David Andreazza, Ministro dos Transportes, como representante do Governo Federal, e do outro, o Senhor Haroldo Leon Peres, Governador do Estado do Paraná, devidamente autorizado pela Assembléia Legislativa do Estado (Lei Estadual n.º 6.134/70), para firmar o presente instrumento nos termos do artigo 47, item IX, da Constituição Estadual, com a interveniência do Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF), representado pelo seu Diretor Geral, Engenheiro Horácio Madsureira, da Rede Ferroviário Federal S/A (RFFSA), representada pelo General Antônio Adolfo Manta, e da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná, representada pelo Engenheiro Armando Robert, comprometendo-se os convenientes nas obrigações inseridas neste instrumento, na forma abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA

1 — Do Objeto

1.1 — O presente Convênio tem por objeto a construção da Ferrovia Apucarana-Ponta Grossa, numa extensão aproximada de 330 quilômetros, com esforços conjugados do Governo do Estado e do Governo Federal, bem como a transferência a este de todo o acervo ferroviário construído e a indenização, pela União, ao Estado das despesas suportadas na realização do empreendimento.

1.2 — Todos os ônus da construção ficarão sob o encargo e desempenho do Governo Estadual, entendendo-se como compromisso do Governo Federal a participação dos recursos de investimentos na medida e proporção do que for convencionado e a aplicação das dotações específicas que forem consignadas no seu Orçamento e destinadas ao empreendimento.

1.3 — O Governo Federal indenizará ao Governo do Estado do Paraná, como ressarcimento e na ordem prevista, as seguintes parcelas:

- a) — o empréstimo de US\$ 24.000.000,00, objeto do Convênio firmado em 28 de outubro de 1.968, entre a União e o Estado do Paraná;
- b) — o empréstimo de US\$ 40.000.000,00, que ora é tomada para a conclusão da obra e que os insere como objeto do presente pacto;
- c) — a parcela de Cr\$ 100.000.000,00, a que se refere a cláusula segunda do item 2.1., letra c.

1.4 — O cumprimento das obrigações de amortização dos financiamentos e do ressarcimento de quaisquer parcelas, pela União, fica subordinada ao andamento e à conclusão da obra, no prazo previsto neste Convênio ou em seus aditamentos, podendo ser denunciado o presente ajuste sempre que qualquer obstáculo impedir esse resultado.

1.5 — A realização do empreendimento deve comportar-se obrigatoriamente dentro de provisão financeira constante da tabela anexa, aceitando-se, entretanto, uma variação máxima de 17% sobre o orçamento fixado.

1.6 — Nenhuma parcela de aplicação diversa do investimento ora convencionado ou de eventuais perdas e danos ocorrentes ao Governo do Estado do Paraná se incluirá na indenização a ser paga pela União.

CLAUSULA SEGUNDA

2 — Das Obrigações do Governo do Estado do Paraná

2.1 — Compete ao Governo do Estado do Paraná:

- a) — a construção integral da ligação direta entre Apucarana e Ponta Grossa, obedecendo, para tanto, ao seu projeto, às especificações, à supervisão e ao controle do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, independentemente da Fiscalização das exigências e de outras funções da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) e da Comissão Especial da Estrada de Ferro Central do Paraná;
- b) — a aplicação na obra de todos os recursos especiais cobertos por dotações orçamentárias estaduais e/ou federais, e que forem mobilizadas por financiamentos internos ou externos;
- c) — a destinação da importância de Cr\$ 100.000.000,00 para os investimentos previstos na obra, mediante consignação própria do orçamento estadual;
- d) — a observância dos cronogramas ou de qualquer programação prevista, de comum acordo, valendo a representação federal feita pela discordância ou discordância do D.N.E.F. ou da R.F.F.S.A.;
- e) — a entrega final de todos os serviços executados e de todo o acervo da ferrovia, em plenas condições de funcionamento, até dezembro de 1.973, a qual será explorada pelo Governo Federal.

2.2 — Ao Governo do Estado caberá, ainda:

- a) — suprir, com meios próprios ou não, os recursos que se fizerem necessários para o conclusão da obra, salva aqueles já previstos neste convênio, ou em seus aditivos, hajam sido insuficientes;
- b) — cumprir as ordens inscritas nos mandamentos legais;
- c) — justificar qualquer fato especial no desenvolvimento e construção da obra ou quanto ao compromisso de implantação.

CLAUSULA TERCEIRA

3 — Das Objetivos do Governo Federal

3.1 — Compete ao Governo Federal:

- a) — Fornecer, ao Governo do Paraná, com prioridade, todos os dados relativos a projetos e especificações da obra, com obediência às normas técnicas aprovadas, leis e regulamentos que regem a matéria, a fim de que se cumpra a programação prevista e se obedeça aos cronogramas aprovados para a conclusão da obra em novembro de 1.973;
- b) — entregar ao Governo do Paraná as quantias destinadas a indenizar as despesas com o encargo da construção da ferrovia e constantes dos orçamentos do Estado ou de órgão de sua administração, nos limites estabelecidos neste Convênio;
- c) — receber em dezembro de 1.973 todo o acervo da ferrovia;
- d) — indenizar, ao Governo do Estado do Paraná, na forma do esquema constante do quadro anexo, das importâncias dispendidas com a

amortização dos financiamentos contratados para a conclusão da obra, a título de ressarcimento.

3.2 — Nenhuma transferência de recursos federais será efetivada, em cada ano, sem prévia comprovação de aplicação da parcela referente ao ano imediatamente anterior.

CLAUSULA QUARTA

4 — Dos Intervenientes e Atribuições

4.1 — Serão intervenientes no presente convênio, com obrigações e atribuições próprias e específicas, o D.N.E.F., a R.F.F.S/A e a Comissão de Estrada de Ferro Central do Paraná.

4.2 — Competirá ao D.N.E.F.:

- a) — prover recursos orçamentários e financeiros para reembolso das importâncias de responsabilidade do Governo Federal, na forma e nos limites estabelecidos;
- b) — aprovar o planejamento, a programação e acompanhar a execução, visando ao controle físico e financeiro compatível com a conclusão da obra nos prazos estabelecidos;
- c) — aprovar quaisquer modificações no projeto em implantação que se justifiquem técnica e economicamente;
- d) — fornecer os elementos técnicos constantes de normas, instruções, regulamentos, composição de preços unitários e outros indispensáveis à satisfatória consecução do empreendimento.

4.3 — Não caberá ao D.N.E.F. nenhuma responsabilidade pelo uso de quaisquer instrumentos de sua elaboração e prática administrativa.

4.4 — Qualquer referência a termos e instrumentos contratuais ou ainda a tabelas, seus elementos prévios de elaboração, usuais na prática administrativa do D.N.E.F. só será procedente quando coincidentes as hipóteses enfocadas.

Configurando-se caso não enquadrado na composição de preços unitários, usar-se-á fórmula e ou composição que atendam aos interesses das partes contratantes.

4.5 — Competirá à R.F.F.S/A:

- a) — participar, através do D.N.E.F., de todas as fases de execução do projeto, com vistas à sua futura utilização operacional, oferecendo para esse efeito, os elementos técnicos indispensáveis;
- b) — estudar a repercussão, em seu parque de material rodante e de tração, da utilização do trecho quando de sua entrega ao tráfego, visando à adoção de medidas que garantam o atendimento da demanda previsível;
- c) — participar de todas as comissões que tenham o objetivo de definir o interesse federal no empreendimento.

4.6 — Competirá à Comissão:

- a) — desincumbir-se das atribuições que lhe forem cometidas pelo Governo Estadual;
- b) — fazer cumprir as preceituações legais e as recomendações do Governo Federal, constantes dos seus documentos ou emanadas dos seus representantes legais.

CLAUSULA QUINTA

5 — Disposições Gerais

5.1 — O Governo Federal tomará as providências e dará todas as atenções necessárias ao bom e rápido desenvolvimento da construção referida.

5.2 — Para entrega e recebimento do acervo da ferrovia em questão, será designada Comissão Mista composta de representantes do D.N.E.F. e da R.F.F.S/A, da CEFOP, Secretaria dos Transportes e Secretaria da Fazenda do Paraná, a qual, atestando as condições dos serviços executados, firmará documento de formalização de transferência.

E, por assim estarem certos e ajustados, firmam o Governo Federal e o Governo do Estado do Paraná o presente Convênio, que será informado por todos os preceitos legais e administrativos não expressos e entrará em vigor a partir desta data, revogadas quaisquer outras estipulações.

HAROLDO LEON PERES — Governo do Estado do Paraná

Mário David Andreazza — Ministro dos Transportes

Eng. Horácio Madureira — Diretor do DNEF

Gal. Antônio Adolfo Manta — Presidente da RFFS/A

Eng. Armando Robert — Com. Est. Fer. Cen. Paraná

(Assinatura ilegível) — Testemunha

ENCARGOS FINANCEIROS — 1.000 CR\$

ANO	Orçamento	Dívida Pública Externa	Juros da Dívida Pú- blica Ext.	TOTAL
1.971	107.350	32.060	27.075	166.493
1.972	100.926	32.060	30.984	243.970
1.973	19.616	25.566	34.233	79.415
1.974	—	26.002	32.188	58.190
1.975	—	63.468	28.170	111.638
1.976	—	78.467	16.736	87.203
1.977	—	70.467	2.930	73.397
1.978	—	—	—	—
1.979	—	—	—	—
TOTAL	307.900	348.090	172.316	820.306

DESEMBOLSO — 1.000 CR\$

Operações de Crédito	UNIAO	Estado do Paraná	TOTAL
103.930	19.000	43.563	166.493
103.970	40.000	100.000	243.970
—	60.000	19.415	79.415
—	70.000	— 11.910	58.190
—	130.000	— 18.362	111.638
—	105.000	— 17.797	87.203
—	105.000	— 31.603	73.397
—	40.000	— 40.000	—
—	43.406	— 43.406	—
207.900	612.406	—	820.306

OBSERVAÇÕES:

(1) — Taxa de Câmbio de US/Cr\$ = 5,285

(2) — O importe corresponde a 17% do valor do orçamento, previsto em forma da cláusula 1.5, só se efetivará mediante comprovada necessidade, aferida em função dos cronogramas físico e financeiro da obra e deverá ser objeto de competente Termo Aditivo a este Convênio, quando da oportunidade.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 804-71, do senhor Lineo Emilio Kluppel, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, no qual presta informações em atenção ao requerimento do senhor deputado Álvaro Dias. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 929-71, do senhor doutor Daniel Egg, Secretário de Estado dos Negócios da Saúde Pública, no qual presta informações em atenção ao requerimento do senhor deputado Nivaldo Krüger. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 955-71, do senhor doutor Daniel Egg, Secretário de Estado dos Negócios da Saúde Pública, no qual presta esclarecimento sem atenção ao requerimento do senhor deputado Antônio Belinati. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 119-71, do senhor Nicanor Ferreira de Mello, Prefeito Municipal de Nova Fátima, no qual acusa recebido e agradece ofício formulado pelo senhor deputado Emilio Carazzai. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 812-71, do senhor Antônio Júlio Machado Lima, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, convidando o senhor Primeiro Secretário desta Casa, para as comemorações alusivas aos 323 aniversário de fundação daquela cidade. — Ao conhecimento do sr. Primeiro Secretário.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, solicitando Regime de Urgência para a Proposição n.º 58-71.

— De autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, por 20 sessões, o Projeto de Lei n.º 8-70.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, dentro das normas do Regimento Interno, depois de ouvido o Plenário, REQUER a inserção em Ata de um voto de regozijo por três acontecimentos que vieram colocar em maior evidência a privilegiada situação do Porto de Paranaguá e do nosso Estado perante a economia brasileira. O primeiro foi o recorde na movimentação de mercadorias que atingiu, em 31 de julho, o total de hum milhão e seiscentas mil toneladas; o segundo, o recorde de exportação de milho, que atingiu a cifra de quinhentas e oitenta e duas mil toneladas e, finalmente, o terceiro, o mais auspicioso, o recorde de calado, registrado no dia 5 último, com 31 pés, por um navio de nacionalidade inglesa, carregado com 24.450 toneladas de milho. Digase, ainda, que tudo isso somente no primeiro período do corrente ano. Requer, ainda, que o inteiro teor do presente seja enviado, por ofício, ao conhecimento do Exmo. sr. Governador Haroldo Leon Peres e ao Eng. Alfredo Jorge Budant, Superintendente do Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1971.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA: — Fatos como esses, cujo registro estamos pedindo nos anais desta casa, é que deveriam merecer destaque pela imprensa cujo objetivo é de tão somente deturpar a verdade e, manhosamente, criar imaginárias

situações. Está aí a prova de que o trabalho em silêncio, com honestidade, em equipe, sem alarde e sem o trombetear da imprensa paga, muito pode fazer pelo nosso Paraná. Hoje pedimos o registro de três acontecimentos que marcam uma nova fase do nosso Estado, mostrando ao Brasil a pujança do trabalho do nosso povo. Um povo que confia em seu governo por que sabe que por ele é compreendido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, regimentalmente, consigne-se na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de regozijo pela passagem, amanhã, do 117.º aniversário de instituição da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Ligada e entrosada com toda a população paranaense, a corporação militar teve e tem ativa participação com o progresso de nosso Estado, cooperando e sempre participando de nossos principais atividades e sempre zelando, mesmo com o próprio sacrifício de seus integrantes, para a manutenção da paz e da ordem em nosso território.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Comandante da Polícia Militar do Estado, cumprimentando-o e a seus comandados, pela passagem da data.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1971.

(a) **Maurício Fruet**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe sugestão ao Excelentíssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado (DER), no sentido de que conceda alimentação ou ajuda de custo para os operários diaristas ou mensalistas daquela autarquia, que executam tarefas dispendiosas de onde estão localizadas suas turmas.

A razão desta sugestão, reivindicada por vários membros desta equipe, reside no fato de que percebendo salários iguais ao mínimo regional, têm dupla despesa com alimentação, ou seja, as suas próprias e a de seus familiares.

O atendimento dessa reivindicação por parte do DER seria medida de justiça e alto espírito humano.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1971.

(a) **Nivaldo Krüger**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer na forma do Regimento Interno se consigne na Ata dos trabalhos o seguinte: Após a aprovação deste se oficie ao DER e ao Exmo. Senhor Governador Haroldo Leon Peres, solicitando urgentes providências no atendimento a pontes e aterros rodados com trombas d'água, ocorridas nos dias 28 e 29 últimos ficando a região em situação de verdadeira calamidade pública, o município de Iporã.

Entre outros, os prejuízos maiores foram a destruição de aterros e as seguintes pontes:

1) — Ponte na estrada Santa Maria sobre o rio Xambrê (Vão 35 m) Ligando Cafezal a Xambrê, intransitável, não circulam veículos.

2) — Ponte na estrada Clark, sobre o rio Xambrê na ligação entre Iporã e Pérola (Vão 45 m) não circulam 3 ônibus.

3) — Ponte na estrada Jaó, sobre o rio Xambrê (Vão 45 m), na ligação entre Bairro Leamos ao município de Altônia, 5 ônibus parados.

4) — Ponte na estrada Uru sobre o rio Jangada (Vão 30 m) na ligação Iporã e Alto Piquiri, 10 ônibus parados.

5) — Ponte na estrada Jangada, sobre o rio Jangada (Vão 20 m) ligando afezal a Jangada e Alto Piquiri, 3 ônibus parados.

6) — Ponte na estrada Santa Helena sobre o rio Jacaré (Vão 28 m) um ônibus parado, na ligação entre Iporã e Ercilândia.

7) — Aterros, todos totalmente destruídos entre eles alguns com extensão de até 1.500 m.

8) — Café, safra prevista um milhão de sacas, prejuízos até o momento, 20%, que já rodou nas enxurradas. Caso não haja atendimento urgente a safra de café irá perecer na lavoura por falta de transporte.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1971.

(a) Paulo Poli

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 158-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros) a pensão mensal concedida pela Lei n.º 168-71, de 11 de setembro de 1961, a Rosa Dias Teixeira, filha do ex-deputado estadual Gordiano Dias de Almeida Batista.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da dotação própria, consignada no Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1971

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICAÇÃO: — A pensão mensal concedida em 1961 à filha do ex-deputado Gordiano Dias de Almeida Batista, deixou de ter significação nos dias presentes, quando o seu valor atual é de Cr\$ 2,00 é verdadeiramente irrisório.

Pelos motivos expostos é que propomos a sua elevação através deste Projeto de Lei, esperando que a Casa lhe dê a acolhida que merece.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUETE — Sr. Presidente, eminentes srs. Deputados.

Tivemos o privilégio e a satisfação de participar, no último sábado, em União da Vitória, juntamente com os companheiros Muggiati Filho e Nivaldo Krüger, das solenidades de outorga do Título de Cidadão Honorário ao companheiro Domício Scaramella, em cerimônia realizada naquela progressista cidade paranaense.

Queremos, portanto, deixar registrado na Ata dos trabalhos desta sessão, a merecida e justa homenagem prestada ao ilustre Parlamentar que, com sua inteligência, com seu brilho, muito engrandecê as atividades desta Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência o sr. deputado Antônio Costa)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupo a Tribuna simplesmente para fazer uma comunicação à Casa.

Na semana passada, estivemos no Rio de Janeiro, fomos à Petrobás. E lá, tivemos contato com três engenheiros do segundo escalão, e eles nos prestaram as informações que precisávamos. E em próxima sessão, com os

dados coligidos no Rio de Janeiro, iremos apresentar um trabalho técnico, ahado ao trabalho já executado pelo nobre deputado Erondy Silvério, que bem caracterizou as condições excelentes do nosso Estado para ser implantada uma refinaria.

Então, numa próxima sessão, traremos esse trabalho que apresentaremos para exame desta Casa e para conhecimento, através da imprensa do Estado, aos órgãos federais.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Álvaro Dias, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

(Pausa) Não se encontrando presente o nobre Deputado, está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da mesma, declara encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 286-70, que autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de Foz do Iguaçu, parte de um lote suburbano, na forma e como especifica. — **Aprovado.**

Sobre a fmesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 286-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Foz do Iguaçu, um imóvel constituído de parte do lote número cinquenta e dois (52), do quadro suburbano da referida cidade, sem benfeitorias, confrontando-se: ao Sul, em 11,00 m, com a Avenida Jorge Schimmelpfeng; ao Leste em 59,00 m, mais ou menos, com o remanescente do lote n.º 52; ao Norte, em 11,00 m, com o mencionado lote; e finalmente, ao Oeste, em 59,00, com parte do lote n.º 52 já referido e com propriedades do Município de Foz do Iguaçu.

Parágrafo Único — O imóvel de que trata este artigo se destina à ampliação dos serviços da Municipalidade de Foz do Iguaçu e sua ocupação e destinação deverão se concretizar dentro de trinta e seis (36) meses, a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-06-71

aa) Cândido Manoel Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruet

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8-70, de autoria do dep. Ivo Thomazoni, fica denominado Ginásio Estadual "Arthur da Costa e Silva", o atual Ginásio Estadual da sede do Município de Cândido de Abreu. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — com Emenda Substitutiva. — **Em Regime de Urgência.**

Sobre a mesa, há um requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Thomazoni, solicitando a retirada do Projeto n.º 8-70, da Ordem do Dia por 20 sessões. — **Aprovado o requerimento.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 237-70, de autoria do dep. Jorge

Sato, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município de Maringá, para proceder a pavimentação asfáltica do trecho entre a Avenida Brasil e a Rodovia PR-13. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Em regime de Urgência. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 257-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública a Central de Voluntários do Paraná, desta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103-71, de autoria do dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Pinhais, Município de Piraquara. — Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172-70, de autoria do dep. Arnaldo Busato, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 25,00, a Dolores Vieira. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 236-70, de autoria do dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraí do Sul, um terreno urbano de 12.440,50 m², na forma e como especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82-71, de autoria do dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Estadual no Município de Palotina, para funcionar a partir do ano em curso. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Com Substitutivo Geral. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161-70, de autoria do dep. David Federmann, que dá nova redação ao art. 2.º, da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto do Ministério Público. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 161-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Súmula — Dá nova redação ao art. 2.º, da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968 (Estatuto do Ministério Público).

Art. 1.º — O Art. 2.º, da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º — A comarca de Curitiba terá sete curadores, treze promotores de justiça e três advogados de ofício; a de Londrina e Ponta Grossa, três promotores de justiça; as de Guarapuava, Maringá e Paranaguá, dois em cada uma; as demais comarcas, um em cada uma delas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de julho de 1970.

a) Dep David Federman

JUSTIFICATIVA: — A comarca de Ponta Grossa, pela densidade populacional, e por ser um dos mais importantes entroncamentos rodo-ferroviários do País, dada a sua excepcional situação geográfica, possui intensa atividade comercial, industrial e agro-pastoril. Em consequência, avultado o movimento forense ali existente, sendo mesmo uma das poucas unidades judiciárias do Estado em que a Justiça do Trabalho mantém uma Junta de Conciliação e Julgamento.

Por isso, o Tribunal de Justiça Estadual, envidou esforços para que ali fôsse criada uma Vara Especializada de Menores, Casamentos, Registros Públicos e Acidentes de Trabalho, o que veio a concretizar-se pela Lei n.º 5.302-66, de 25 de abril de 1966.

Entretanto, injustificadamente, não foi criada, através desse diploma legal, o correspondente e indispensável cargo de promotor de justiça, que teria atribuições em todas as matérias de competência da aludida Vara e ao qual, ainda, por distribuição, poderia a Procuradoria Geral da Justiça conferir outras atribuições legais.

Tal omissão ocasionou acentuada sobrecarga às duas Promotorias de Justiça locais, cujas tarefas são múltiplas e as mais variadas, impedindo, desta arte, possam os seus titulares manter em dia o serviço, com prejuízo da Justiça.

Basta um simples cotejo entre o número de juizes de direito e de agentes do Ministério Público, em circunscrições judiciárias de idêntica expressão forense, da de Ponta Grossa, para concluir-se pela imperiosa necessidade da criação, na comarca em referência, de mais um cargo de promotor de justiça.

Enquanto em Ponta Grossa existem quatro cargos de juiz de direito, existem somente dois cargos de Promotor de Justiça.

Já em Londrina e Maringá, existem, respectivamente, seis e cinco cargos de Juiz de Direito, para quatro cargos de promotor de justiça.

A disparidade ainda é mais acentuada em comarcas de menor importância forense. Assim, em Guarapuava e Paranaguá há três cargos de Juiz de Direito, para igual número de cargos de promotor de justiça.

Todas as comarcas com dois cargos de juiz de direito, tem igualmente dois cargos de promotor de justiça.

Revela, ainda, frisar, que essa anomalia não teria ocorrido, se a precitada vara especializada tivesse sido criada já na vigência do do Estatuto do Ministério Público.

Isto porque o art. 3.º, desse diploma legal, estabelece expressamente:

"A criação de novas comarcas, seções judiciárias ou juizes perante os quais deve funcionar agente do Ministério Público, importará na automática criação da promotoria ou curadoria respectiva."

Em suma, por ser de indiscutível necessidade, é inadiável que se crie uma terceira promotoria de justiça na comarca de Ponta Grossa, para a consecução de mais racional e rápida distribuição da justiça, razão pela qual esperamos o apoio de nossos nobres pares para o Projeto em tela.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 161-70

Autor: Dep. David Federmann

Súmula: Dá nova redação ao art. 2.º, da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968 (Estatuto do Ministério Público).

P A R E C E R

1.º) A Proposição em tela vem articulada e devidamente justificada, segundo o que determina o Regimento Interno.

2) Referido projeto não apresenta qualquer violação a qualquer texto, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Quanto a oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor, que expõe com propriedade a razão que o levou a tal iniciativa.

Em face do exposto, somos pela sua aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em .. de maio de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Emílio Carazzini

Cândido Martins de Oliveira

Igo Lasso

Odilon Reinhardt

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo por três acontecimentos que vieram colocar em maior evidência a privilegiada situação do Porto de Paranaguá. — **Aprovado.**

~~Requerimento de autoria do sr. deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem, amanhã, de 117.º aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná. — **Aprovado.**~~

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, no sentido de que conceda alimentação ou ajuda de custo para os operários diaristas ou mensalistas daquela autarquia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao DER e ao sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam tomadas urgentes providências no atendimento a pontes e aterros rodados com trombas d'água. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 58-71. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 172-70, 236-70, 82-71;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161-70;

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 192-72.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 437-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.529, de 04 de agosto de 1971, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a LUPERCINA SELEME ROCHA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 05 de agosto de 1971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1971.

a) Dorizon Salgado Bueno
Diretor Geral

PORTARIA N.º 438-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.492, de 4 de agosto de 1971, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a LENY SABOIA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de férias, referente ao ano de 1970, a partir de 02 de agosto de 1971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1971.

a) Dorizon Salgado Bueno
Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE FINANÇAS

ATA DA 9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se na Sala das Comissões, após a sessão plenária, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomei, contando com as presenças dos senhores deputados: Santos Lima, Paulo Poli, Fuad Nacli, Ovidio Franzoni e Mauricio Fruet. Havendo numero legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 231-69 — de autoria do senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a criar, na localidade denominada Monte Real, município de Santo Antônio da Platina, um Ginásio Estadual, para funcionar no próximo ano letivo. Relator senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 114-70 — de autoria do senhor Deputado João Mansur, que regulamenta a Assistência Médico Hospitalar ao Funcionario Público e seus dependentes através do Instituto de Previdência do Estado, e da outras providências. Relator senhor Deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 155-70 — de autoria do senhor Deputado Tuno Vargas, que cria uma escola normal de grau Ginásial em Marumbi. Relator senhor Deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 138-70 — de autoria do senhor Deputado Leopoldo Jacomei, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Itujucas do Sul, e da outras providências. Relator senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 219-70 — de autoria do senhor Deputado Tuno Vargas, que autoriza o Poder Executivo a criar um curso colegial em Passanau e da outras providências. Relator senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 222-70 — de autoria do senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola normal de grau colegial em São Jerônimo da Serra. Relator senhor Deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 240-70 — de autoria do senhor Deputado Pinto Dias, que cria um curso científico no ginásio Estadual de Assis Chateaubriand. Relator senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 276-70 — de autoria do senhor Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Herculanópolis, município de Umuarama. Relator senhor Deputado Mauricio Fruet, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 279-70 — de autoria do senhor Deputado Wilson Fortes, que cria o curso científico na cidade de Paraíso do Norte. Relator senhor Deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 291-70 — de autoria do senhor Deputado Wilson Fortes, que cria a escola Normal de Diamante do Norte, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 318-70 — de autoria do senhor Deputado Erondy Silvério, que cria no núcleo social Ivone Pimentel desta Capital, um curso ginásial noturno, para funcionar no ano letivo de 1971. Relator senhor Deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 319-70 — de autoria do senhor Deputado Erondy Silvério, que cria um curso ginásial no bairro de Vila Fany desta Capital, para funcionar no ano letivo de 1971. Relator senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 22-71 — de autoria do senhor Deputado Mauricio Fruet, que autoriza o Poder Executivo construir um grupo escolar no bairro de Santa Cândida, município de Curitiba. Relator senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 44-71 — de autoria do senhor

deputado Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros) a cada uma das trigêmeas Gisele, Gislene e Gileide Muniz, nascidas nesta Capital a 23.03-1971. Relator senhor deputado Maurício Fruet, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 65-71 — de autoria do senhor deputado Maurício Fruet, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação, a estrada que liga a cidade da Lapa à Gruta do Monge, no município do mesmo nome. Relator senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 66-71 — de autoria do senhor Deputado Maurício Fruet, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação a estrada que liga os municípios de Araucária e Campo Largo. Relator senhor deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 84171 — de autoria do senhor Deputado Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica, no município de Guapuva. Relator senhor Deputado Maurício Fruet, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 85-71 — de autoria do senhor Deputado Quielse Crisostomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola normal, na sede do município de Adrianópolis, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 88-71 — de autoria do senhor Deputado Quielse Crisostomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada para ligar a sede do município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão da Rocha. Relator senhor Deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 90-71 — de autoria do senhor Deputado Francisco Borsari Neto, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74. Relator senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 100-71 — de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, que acresce no artigo que especifica, a Lei n.º 5.611, de 09-08-67. Relator senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será asinada pelo senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) LEOPOLDO JACOMEL — Presidente

Terezinha B. de M. e Claro — Secretária ...